



IBAMA

*Analista Ambiental – Tema 1: Proteção, Conservação,
Licenciamento, Monitoramento e Qualidade Ambiental*

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Domínio da ortografia oficial.....	4
Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual..	13
Emprego de tempos e modos verbais.....	17
Domínio da estrutura morfossintática do período.....	19
Emprego das classes de palavras.....	27
Emprego dos sinais de pontuação	38
Concordância verbal e nominal	43
Regência verbal e nominal	45
Emprego do sinal indicativo de crase.....	47
Colocação pronominal.....	49
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	51
Significação das palavras.....	53
As estruturas linguísticas no processo de construção de mensagens adequadas	54
A pragmática na linguagem: o significado contextual	55
Os diversos níveis de linguagem.....	56
As funções da linguagem	58
Intertextualidade.....	60
Aspectos gerais da redação oficial (conforme manual de redação da presidência da república). Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero. Pronomes de tratamento	66
Questões	84
Gabarito.....	98

SUMÁRIO



LÍNGUA INGLESA

Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa	1
Compreensão e interpretação de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais.....	2
Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos	5
Palavras e expressões equivalentes; elementos de referência	7
Questões	8
Gabarito.....	14

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral; ética, princípios e valores; ética e democracia.....	1
Exercício da cidadania	3
Ética e função pública; ética no setor público; código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal (decreto nº 1.171/1994).....	5
Código de conduta ética dos agentes públicos do Ibama (portaria Ibama nº 2.534/2019)	11
Assédio no serviço público; definição e tipos de assédio; impactos do assédio no ambiente de trabalho; estratégias de prevenção e combate	18
Discriminação no serviço público; tipos de discriminação; consequências da discriminação; promoção de igualdade e diversidade.....	20
Questões	22
Gabarito.....	25

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade	1
Governo eletrônico	5
Transparência da administração pública	10
Controle social e cidadania	11
Accountability	14
Excelência nos serviços públicos: gestão por resultados na produção de serviços públicos	15
Comunicação na gestão pública	17
Ciclo orçamentário.....	28
Transferências voluntárias e legislação sobre o tema	31

SUMÁRIO



Ciclo de planejamento governamental: plano plurianual (ppa) 2024-2027: modelo de planejamento, megaobjetivos, dimensões, programa e ação	60
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA)	70
Questões	71
Gabarito	75

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da república federativa do brasil de 1988 e emendas: conceito, classificações, princípios fundamentais	1
Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos	5
Organização político-administrativa: união, estados, distrito federal, municípios e territórios	23
Administração pública: disposições gerais, servidores públicos	36
Organização dos poderes no estado: poder legislativo; estrutura, funcionamento e atribuições; tribunal de contas da união (tcu)	46
Funções essenciais à justiça	63
Artigos 23, 170, 225 e 231 da constituição federal de 1988	70
Questões	80
Gabarito	84

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	1
Ato administrativo; conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies	7
Agentes públicos; legislação pertinente: lei nº 8.112/1990; Disposições constitucionais aplicáveis; disposições doutrinárias; conceito; espécies; cargo, emprego e função pública	28
Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder	92
Licitação; princípios; contratação direta; dispensa e inexigibilidade; modalidades; tipos; procedimento; contratos administrativos; conceitos e características	102
Controle da administração pública	149
Responsabilidade civil do estado	158
Regime jurídico administrativo: conceito; princípios expressos e implícitos da administração pública	165
Processo administrativo federal (lei nº 9.784/1999)	181
Improbidade administrativa (lei n.º 8.429/1992)	198

SUMÁRIO



Acesso à informação: lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação); lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados).....	225
Questões	260
Gabarito.....	264

PROTEÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS

Proteção dos recursos genéticos	1
Ilícitos relacionados ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado	2
Protocolo de cartagena, decreto nº 5.705/2006	4
Normas de segurança e fiscalização de organismos geneticamente modificados (ogm)	24
Lei nº 11.460/2007.....	26
Ilícitos envolvendo ogms	27
Resoluções normativas da comissão técnica nacional de biossegurança (ctnbio) nº 26/2020 e nº 37/2022	28
Resolução do conselho de gestão do patrimônio genético (cgen) nº 27	40
Questões	41
Gabarito.....	45

PROTEÇÃO DA FAUNA

Proteção da fauna	1
Conceitos biológicos e taxonomia de fauna	2
Evolução da proteção, defesa e direitos dos animais	9
Lei nº 5.197/1967	11
Ilícitos contra a fauna: tráfico, maus-tratos, caça, espécies exóticas.....	15
Questões	16
Gabarito.....	20

PROTEÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS

Proteção de recursos pesqueiros.....	1
Recursos pesqueiros e ecossistemas aquáticos relevantes	2
Métodos da pesca industrial.....	3
Evolução do ordenamento pesqueiro no brasil: sistema informatizado do registro geral da atividade pesqueira (sisrgp) e programa nacional de rastreamento de embarcações pesqueiras por satélite (preps).....	5

SUMÁRIO



Pesca ilegal e ilícitos relacionados.....	6
Danos ambientais decorrentes da atividade pesqueira	8
Questões	9
Gabarito.....	12

COMÉRCIO EXTERIOR

Comércio exterior	1
Território aduaneiro e controle de operações	8
Convenção sobre o comércio internacional das espécies da flora e fauna selvagens em perigo de extinção (cites)	15
Regime aduaneiro especial	22
Portaria nº 38 da secex/mdic, de 18 de maio de 2015.....	28
Portaria secex nº 346, de 28 de agosto de 2024	36
Portaria secex nº 19, de 2 de julho de 2019.....	42
Portaria secex nº 249, de 4 de julho de 2023.....	48
Questões	70
Gabarito.....	73

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Lei nº 14.944/2024	1
Ecologia do fogo.....	15
Fundamentos da ecologia do fogo	16
Fisiologia vegetal e adaptações ao fogo	17
Regimes de fogo	19
Impactos do fogo nos ecossistemas	20
Manejo e prevenção de incêndios florestais	22
Questões	23
Gabarito.....	26

EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS

Mudanças climáticas globais: causas, consequências e cenários futuros. Evidências científicas do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas (ipcc).....	1
Resiliência climática e redução de riscos de desastres ambientais: conceitos de adaptação e mitigação em face de eventos climáticos extremos, como secas, inundações e tempestades.....	3



Emergências ambientais no brasil: gestão e resposta a emergências ambientais	5
Principais desastres ambientais recentes no país, como derramamento de óleo, rompimento de barragens e incêndios florestais	6
Responsabilidades legais e protocolos de atuação	8
Questões	9
Gabarito	12

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Licenciamento ambiental federal: conceitos, finalidades, procedimentos, etapas e competência	1
Socioantropologia no licenciamento ambiental	7
Conceitos fundadores: cultura, indivíduo, comunidade e sociedade	16
Conflito e movimentos sociais	23
Dinâmica e mudança social.....	31
Estrutura social e etnologia brasileira.....	40
Relação entre meio ambiente e organização social.....	45
Papel do território: planejamento ambiental e territorial, urbanismo, vocação e uso do solo	51
Noções de pesquisa social: teoria, método, análise de dados qualitativos e quantitativos, definição de indicadores	56
Estado e sociedade	64
Demografia, economia e sociologia	73
Direitos humanos e políticas públicas	79
Políticas sociais, estado de bem-estar social, desenvolvimento agrário, economia do setor público	86
Identidade cultural e multiculturalismo no brasil.....	94
Equilíbrio entre equidade social e competitividade econômica	101
Caracterização da sociedade brasileira	108
Dinâmica populacional: transição demográfica, migrações, fecundidade, mortalidade	113
Organização geoeconômica no brasil	120
Distribuição de renda e pib.....	127
Desenvolvimento nacional.....	134
Questão agrária: estrutura fundiária e sociedade rural	141
Impactos sociais e econômicos de grandes empreendimentos	149
Análise social e econômica de projetos	155
Economia ambiental.....	163
Licenciamento ambiental e avaliação de impacto	164
Avaliação de impactos ambientais: metodologias principais e aplicação	172

SUMÁRIO



Eia/rima: critérios, métodos de elaboração	180
Gestão e mitigação ambiental: plano de gestão, análise de risco, compensação, mitigação e recuperação de áreas degradadas.....	187
Monitoramento ambiental	197
Cartografia e sensoriamento	197
Levantamentos, sig, análise de paisagens.....	208
Ecosistemas e fitogeografia: ecossistemas brasileiros, fitossociologia, flora e fauna..	208
Geologia e geotecnia: geologia ambiental, riscos geológicos, processos erosivos	208
Climatologia e mudanças climáticas: mitigação e adaptação	215
Hidrologia e hidrogeologia: ciclo hidrológico, águas subterrâneas, poluição hídrica	221
Química e poluição ambiental: poluição do solo, água e ar, resíduos e emissões	229
Energia e infraestrutura: matriz energética, energias renováveis, infraestrutura viária e projetos de construção civil	238
Questões	246
Gabarito.....	251

BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

Desenvolvimento sustentável.....	1
Financiamento da política ambiental.....	3
Valoração da natureza e serviços ambientais	4
Desertificação.....	7
Responsabilidade por dano ao meio ambiente	8
Tutela processual do meio ambiente.....	9
Maus tratos e bem-estar animal de silvestres	11
Questões ambientais globais e acordos internacionais; convenção sobre diversidade biológica; convenção sobre o comércio internacional das espécies silvestres ameaçadas de extinção (cites); convenção internacional de combate à desertificação.....	13
Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, objetivos de desenvolvimento sustentável (ods) da onu e ods brasil	18
Classificação e taxonomia animal e vegetal.....	25
Fatores biológicos determinantes de riscos de extinção.....	72
Radiação evolutiva (evolução filogenética e filogeografia)	74
Degradação de habitat	82
Monitoramento ambiental: conceitos, objetivos e suas aplicações no solo, ar, água, fauna, flora e ecossistemas.....	86
Fragmentação, efeito de borda e perda de biodiversidade.....	89
Corredores ecológicos, dispersão de fauna e flora e trocas genéticas.....	91
Conservação e manejo de populações e de metapopulações in situ e ex situ	94

SUMÁRIO



Introdução indesejada de espécies exóticas e seus impactos sobre populações e comunidades naturais	99
Estratégias de conservação de habitats e de espécies	106
Biomassas e fitofisionomias brasileiros: características e evolução da fauna e flora	110
Conceitos, práticas e técnicas de manejo florestal madeireiro e não madeireiro	116
Política florestal	117
Dendrometria e inventário florestal	119
Sementes e viveiros florestais	121
Ciclagem de nutrientes	123
Ecologia e manejo de fragmentos florestais	125
Ecologia de paisagem	127
Recuperação de áreas degradadas	128
Economia florestal	130
Geoprocessamento	131
Acesso e uso de produtos florestais e conflitos sociais	138
Controle e monitoramento das atividades florestais	146
Biodiversidade e conservação de espécies florestais	147
Florestas e mudanças climáticas: serviços ambientais	149
Aquecimento global e sequestro de carbono	150
Descentralização da gestão florestal	152
Políticas públicas de controle e prevenção do desmatamento	154
Desenvolvimento econômico e conservação da biodiversidade	156
Fiscalização e poder de polícia administrativa	164
Questões	166
Gabarito	171

MONITORAMENTO AMBIENTAL

Conceitos, objetivos e aplicações do monitoramento ambiental	1
Sensoriamento remoto; sensores ativos e passivos	4
Sistemas de imageamento: conceitos de pixel, resolução espacial, temporal e radiométrica	5
Aplicação do sensoriamento remoto no monitoramento e controle de desmatamentos, incêndios florestais e recuperação da vegetação	5
Sistemas de informação geográfica (sig); sistemas de coordenadas e georreferenciamento; projeções e transformações; descrição e uso das funcionalidades de um sig ..	6
Geoprocessamento e análise de dados	8
Estrutura de dados espaciais; modelagem de dados em geoprocessamento; sistema gerenciador de banco de dados (sgbd); infraestrutura nacional de dados espaciais (inde)	9

SUMÁRIO



Questões	11
Gabarito.....	13

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Noções de sistema operacional (windows)	1
Aplicativos microsoft office 365: word, excel, powerpoint, outlook, teams, onedrive e sharepoint.....	22
Redes de computadores. Programas de navegação (google chrome e edge). Sítios de busca e pesquisa na internet.....	43
Programas de correio eletrônico (outlook express).....	49
Redes sociais	50
Segurança da informação. Procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).....	54
Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais)	61
Acesso à informação (lei nº 12.527/2011).....	61
Decreto nº 7.724/2012.....	61
Serviços públicos digitais	81
Questões	81
Gabarito.....	88

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Leis, decretos, resoluções e portarias: lei de proteção à fauna (lei nº 5.197/1967).....	1
Lei nº 6.938/1981 E suas alterações (política nacional do meio ambiente).....	5
Lei nº 7.173/1983	14
Lei nº 7.735/1989 (Criação do ibama).....	16
Lei nº 9.605/1998 (Lei dos crimes ambientais) e decreto nº 6.514/2008	17
Lei nº 9.966/2000 (Lei do óleo)	63
Lei nº 10.410/2002 (Criação da carreira de especialista em meio ambiente).....	71
Lei nº 11.284/2006 (Títulos i, ii e iii e v).....	77
Lei nº 11.428/2006 (Mata atlântica).....	101
Lei nº 12.187/2009 (Política nacional sobre mudança do clima) e decreto nº 9.578/2018.....	111
Lei nº 12.305/2010 (Política nacional de resíduos sólidos) e decreto nº 10.936/2022 ..	123
Lei complementar nº 140/2011 (competências ambientais).....	162
Lei nº 12.651/2012 (Proteção da vegetação nativa)	169
Lei nº 13.123/2015 E decreto nº 8.772/2016 (Convenção sobre diversidade biológica)	200

SUMÁRIO



Lei nº 11.959/2009.....	255
Lei nº 14.785/2023 (Agrotóxicos)	264
Lei nº 9.433/1997 (Política nacional de recursos hídricos) e alterações.....	285
Lei nº 9.985/2000 (Sistema nacional de unidades de conservação da natureza) e decreto nº 4.340/2002	296
Lei nº 12.334/2010 (Política nacional de segurança de barragens) e alterações	318
Decreto nº 8.437/2015.....	331
Decreto nº 70.235/1972 (Processo administrativo fiscal).....	335
Decreto nº 3.607/2000 (Cites)	348
Decreto nº 7.830/2012.....	355
Decreto nº 11.367/2023 (Comissão interministerial permanente para prevenir e controlar o desmatamento, entre outros)	360
Decreto nº 12.044/2024 (Sociobioeconomia).....	366
Decreto nº 2.519/1998 (Convenção sobre diversidade biológica)	368
Decreto nº 875/1993 (convenção de basileia), decreto nº 9.470/2018 (Convenção de minamata) e decreto nº 99.280/1990 (Protocolo de montreal).....	388
Decreto nº 6.640/2008 (Proteção de cavidades).....	452
Decreto nº 10.935/2022.....	458
Resoluções do conselho nacional do meio ambiente (conama): nº 1/1986, nº 5/1989, nº 237/1997, nº 350/2004, nº 357/2005, nº 302/2002, nº 303/2002, nº 369/2006, nº 371/2006, nº 393/2007, nº 394/2007, nº 396/2008, nº 457/2013, nº 487/2018, nº 489/2018, nº 496/2020 e nº 507/2024.....	462
Portaria interministerial nº 60/2015 (disciplina a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do ibama).....	546
Questões	552
Gabarito.....	562

PROCESSO AMBIENTAL

Lei nº 7.735/1989	1
Lei complementar nº 140/2011	1
Lei nº 9.784/1999 E lei nº 9.873/1999	1
Lei nº 9.605/1998	13
Decreto nº 6.514/2008.....	13
Instrução normativa ibama nº 19/2023.....	13
Instrução normativa ibama nº 8/2024.....	43
Portaria ibama nº 1.369/2020.....	45
Questões	53
Gabarito.....	56

SUMÁRIO



QUALIDADE AMBIENTAL

Qualidade ambiental; impacto ambiental, degradação e poluição	1
Controle e fiscalização do uso de mercúrio.....	2
Instrução normativa ibama nº 17/2011 (taxa de controle e fiscalização ambiental - tcfa).....	4
Programa de controle de poluição do ar por veículos automotores (proconve); resolução conama nº 18/1986; resolução conama nº 490/2018; resolução conama nº 492/2018.....	24
Resolução conama nº 452/2012	57
Pneumáticos: resolução conama nº 416/2009	60
Resolução conama nº 401/2008 (pilhas e baterias).....	64
Óleos lubrificantes usados ou contaminados: resoluções conama nº 362/2005 e nº 450/2012.....	69
Convenção de minamata sobre mercúrio.....	83
Decreto nº 97.634/1989 (Mercúrio metálico).....	84
Acordo de paris	84
Resoluções conama nº 267/2000 e nº 340/2003	99
Lei nº 8.723/1993 (redução de emissão de poluentes por veículos automotores).....	103
Resolução conama nº 493/2019	106
Programa nacional de educação e controle da poluição sonora - silêncio: resoluções conama nº 2/1990 e nº 20/1994	111
Relatório anual de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais (rapp) e cadastro técnico federal (ctf): resolução conama nº 1/1998 (ctf/aida).....	113
Instrução normativa ibama nº 12/2021	120
Lei nº 7.804/1989 (Ctf/app)	130
Instrução normativa ibama nº 13/2021	134
Instrução normativa ibama nº 06/2022	148
Lei nº 10.165/2001	156
Instrução normativa ibama nº 22/2021 e alterações (relatório anual de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais - rapp)	161
Biorremediação	184
Resolução conama nº 463/2014	191
Resolução conama nº 472/2015	192
Áreas contaminadas: resolução conama nº 420/2009	196
Compartimentos ambientais.....	204
Ciclos biogeoquímicos.....	206
Transporte, distribuição e transformação de agentes químicos no meio ambiente; bioacumulação e biomagnificação	213
Testes ecotoxicológicos.....	214

SUMÁRIO



Decreto nº 5.472/2005 (Convenção de estocolmo).....	215
Decreto nº 5.360/2005 (Convenção de roterdã).....	243
Decreto nº 4.074/2002.....	262
Decreto nº 10.833/2021.....	291
Portaria ibama nº 84/1996 (potencial de periculosidade ambiental de agrotóxicos e afins).....	299
Instrução normativa ibama nº 27/2018 e alterações	304
Instrução normativa ibama nº 02/2017	306
Manual de avaliação de risco ambiental de agrotóxicos para abelhas; produtos de baixa periculosidade: bioquímicos, semioquímicos, microbiológicos e agentes biológicos de controle.....	308
Avaliação de risco ecológico de agrotóxicos.....	310
Produtos preservativos de madeira.....	311
Lei nº 4.797/1965	314
Portaria interministerial nº 292/1989 (ministério da fazenda, ministério da saúde e ministério do interior).....	315
Fundamentos de Agroecologia.....	318
Agrotóxicos, seus componentes e afins; lei nº 14.785/2023 (Agrotóxicos)	324
Questões	330
Gabarito.....	334

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



O domínio da língua inglesa não se limita apenas ao conhecimento de regras gramaticais e ao vocabulário formal ensinado nos livros didáticos. Com a rápida evolução da sociedade e da tecnologia, a linguagem inglesa também tem passado por mudanças significativas. As formas contemporâneas da língua são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo cultura pop, mídias sociais, avanços tecnológicos e globalização. Vamos explorar esses elementos e entender como o inglês moderno se difere em muitos aspectos do inglês “tradicional”.

Influência da Cultura Pop e Mídias Sociais

As músicas, filmes, séries de televisão e redes sociais têm um impacto significativo sobre como a língua inglesa é usada hoje em dia. Por exemplo, termos como “*ghosting*” (ignorar alguém intencionalmente) ou “FOMO” (Fear of Missing Out; medo de ficar por fora) são produtos diretos da cultura contemporânea.

Abreviações e Neologismos

Em um mundo acelerado e digitalizado, a eficiência muitas vezes dita as regras da comunicação. Isso é evidenciado pelo uso frequente de abreviações como “IDK” (I Don’t Know; eu não sei) ou “BRB” (Be Right Back; já volto). Neologismos, ou novas palavras, também surgem continuamente para descrever novos conceitos ou fenômenos, como “webinar” (uma combinação de web e seminar; seminário na web) ou “meme” (uma ideia ou comportamento viral).

Flexibilidade Gramatical

Embora as regras gramaticais não tenham mudado drasticamente, há uma crescente aceitação de formas mais flexíveis e menos formais em contextos não acadêmicos ou profissionais. Por exemplo, a duplicação de intensificadores como em “*very very good*” ou o uso de “*they*” como um pronome singular de gênero neutro.

A Globalização e Variações Regionais

O inglês não é mais apenas uma língua do mundo ocidental. Ele é falado globalmente e, conseqüentemente, absorveu várias palavras e expressões de outras línguas e culturas. Além disso, diferentes regiões têm suas próprias variações do inglês, como o “Hinglish” na Índia, que é uma mistura de inglês com hindi.

A Importância de Se Adaptar

Manter-se atualizado com as formas contemporâneas da língua inglesa é crucial, especialmente para os profissionais e estudantes que desejam se comunicar eficazmente em um ambiente globalizado. Isso não significa abandonar o conhecimento do inglês formal, mas sim complementá-lo com o domínio de formas mais atuais e contextuais.

A Dinamicidade do Inglês Contemporâneo

O inglês contemporâneo é uma entidade viva e em constante evolução. Sua riqueza não reside apenas em sua gramática e vocabulário estabelecidos, mas também em sua capacidade de se adaptar e crescer em resposta às mudanças na sociedade e na tecnologia.

Compreender e utilizar as formas contemporâneas da língua não é apenas uma habilidade útil, mas também um passo necessário para se tornar verdadeiramente proficiente e contextualmente sensível em inglês. O domínio dessas formas modernas permite uma comunicação mais rica, mais precisa e mais eficaz, tornando-se um componente indispensável para qualquer pessoa séria sobre a aprendizagem e o uso do inglês no mundo atual.



Toda discussão sobre “ética” sempre se inicia pela revisão de suas origens etimológicas e pela sua distinção ou sinonímia com o termo “moral”. Justifica-se a necessidade de explicitar a origem do termo *ethos*, uma vez que é de sua raiz primitiva que irá se encontrar as respostas para as ambiguidades terminológicas e imprecisões conceituais¹.

A palavra *ethos* expressa a existência do mundo grego que permanece presente na nossa cultura. Esse vocábulo deriva do grego *ethos*. Nessa língua, possui duas grafias: *ἦθος (êthos)* e *ἔθος (éthos)*. Essa dupla grafia não é gratuita, pois reúne uma diversidade de significados que, ao longo do tempo, distanciaram-se do seu sentido original.

Considerando que, normalmente, os autores não costumam apresentar os significados desses termos em suas origens, antes de se adentrar nos conceitos de “ética” e “moral”, faz-se necessário se passar uma breve vista em suas origens, uma vez que as controvérsias sobre o que se entende por “ética” devem-se, em grande parte, aos diversos significados da palavra primitiva *ethos* e à sua tradução para o latim *mos*.

Esses dois termos podem ser entendidos em três sentidos: “morada” ou “abrigo”, “caráter ou índole” e “hábitos” ou “costumes”:

a. O termo grego ἦθος (êthos), quando escrito com “eta” (η) inicial, possui dois sentidos: morada, caráter ou índole

O primeiro sentido é de proteção. É o sentido mais antigo da palavra. Significa “morada”, “abrigo” e “lugar onde se habita”. Usava-se, primeiramente, na poesia grega com referência aos pastos e abrigos onde os animais habitavam e se criavam.

Mais tarde, aplicou-se aos povos e aos homens no sentido de seu país. Depois, por extensão, à morada do próprio homem, isto é, refere-se a uma habitação que é íntima e familiar, é o “lar”, um lugar onde o homem vive. É o lugar onde é mais provável de se encontrar o eu real.

Ele representa aquilo que faz uma pessoa, um indivíduo: sua disposição, seus hábitos, seu comportamento e suas características. Nesse sentido, cada um tem sua própria ética. É isso, mais que os acidentes e incidentes da vida, que o diferencia de todos os demais.

O segundo significado da palavra *êthos* assume uma concepção histórica a partir de Aristóteles. Representa o sentido mais comum na tradição filosófica do Ocidente. Este sentido interessa à ética, em particular, por estar mais próximo do que se pode começar a entender por ética.

Êthos significa “modo de ser” ou “caráter”. Mas esse vocábulo apresenta um sentido bem mais amplo em relação ao que damos à palavra “ética”. O ético compreende, antes de tudo, as disposições do homem na vida, seu caráter, seus costumes e, naturalmente, também a sua moral. Na realidade, poderia se traduzir como uma forma de vida no sentido preciso da palavra, isto é, diferenciando-se da simples maneira de ser.

Entretanto, é preciso ter certo cuidado com o uso da palavra “caráter”, pois ela pode ter uma conotação filosófica, um sentido psicológico e outro restritamente moral. É este último que interessa à ética.

O caráter, segundo Heráclito de Éfeso (séc. VI-V a.C.) é o conjunto definido de traços comportamentais e afetivos de um indivíduo, persistentes o bastante para determinar o seu destino. Para Kant (1724-1804), o caráter é entendido de acordo com a sua definição de causa, quer dizer, uma lei da causalidade, sob a qual as ações estariam ligadas integralmente.

Por outro lado, pode significar também o conjunto de traços psicológicos e/ou morais (positivos ou negativos) que caracterizam um indivíduo ou um grupo. Em sentido psicológico, caráter é o conjunto de qualidades psíquicas e afetivas que intervêm na conduta de uma pessoa e a distinguem das demais, o que também chamamos de personalidade.

¹ Figueiredo AM. *Ética: origens e distinção da moral. Saúde, Ética & Justiça. 2008;13(1):1-9.*



Processos Participativos de Gestão Pública

Os Processos Participativos de Gestão Pública, são formas de gestão política que expandem o processo de tomada de decisão da sociedade, entendendo que a democracia não se dá apenas nos processos eleitorais, que ocorrem de quatro em quatro anos, mas também na construção das bases orientadoras da política, na definição de prioridades e controle social de sua implementação¹.

A legislação brasileira, após a implantação da Constituição Federal em 1988, assegurou várias possibilidades de participação na gestão pública para os cidadãos. São exemplos de processos participativos previstos na legislação:

- Os conselhos de políticas públicas;
- As conferências;
- As audiências;
- As consultas públicas.

O texto constitucional de 1988 é um marco na democratização e no reconhecimento dos direitos sociais, articulada com tais princípios, a CF alargou o projeto de democracia, compatibilizando princípios da Democracia Representativa e da Democracia Participativa, e reconhecendo a participação social como um dos elementos-chave na organização das políticas públicas.

De fato, com a CF a participação social passa a ser valorizada não apenas quanto ao controle do Estado, mas também no processo de decisão das políticas sociais e na sua implementação, em caráter complementar à ação estatal. Desde então, a participação social tem sido reafirmada no Brasil como um fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais.

Com maior ou menor sucesso, esta foi uma das importantes inovações institucionais ocorridas no Brasil pós-Constituinte. A garantia de direitos sociais nos campos da educação, saúde, assistência social, previdência social e trabalho foi acompanhada da consolidação de uma nova institucionalidade com o objetivo principal de assegurar a presença de múltiplos atores sociais, seja na formulação, na gestão, na implementação ou no controle das políticas sociais.

Três enunciados resumem os sentidos que passam a tomar a participação no que se refere aos direitos sociais, à proteção social e à democratização das instituições que lhes correspondem:

- 1)** A participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório;
- 2)** A participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas;
- 3)** A sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público.

A importância da Participação da Sociedade

A ampliação dos processos participativos está pautada pelos princípios da inclusão, do pluralismo e da justiça social, procurando responder problemas não resolvidos pela democracia representativa, ou seja, a não representação de vários interesses existentes na sociedade.

¹ <http://www.deolhonosplanos.org.br/processos-participativos/>



Natureza

Segundo a doutrina clássica o direito é dividido em dois grandes ramos, quais sejam: direito público e direito privado¹.

Destaque-se que, não obstante a doutrina mais moderna já tenha superado essa classificação dicotômica entre direito público e privado (vez que o direito é uno e indivisível, devendo ser entendido como um conjunto harmônico), para fins didáticos e de provas de concursos públicos continuaremos a adotá-la. Destaque-se que essa classificação, segundo a doutrina, é atribuída a Jean Domat.

Modernamente, ante o reconhecimento de novos direitos e das transformações do Estado, a doutrina percebeu uma forte influência do direito constitucional sobre o direito privado, reconhecendo, em diversas situações, a aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, surgindo a denominada “eficácia horizontal dos direitos fundamentais”.

Com isso, o Direito Constitucional deixa de ser reconhecido apenas e tão somente em uma relação vertical (Estado X Cidadão), passando a ser reconhecido também nas relações horizontais (cidadão X cidadão). O princípio matriz desse novo panorama é o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento (viga mestra) da República Federativa do Brasil (Art. 1.º, III, CF).

Tema de grande controvérsia diz respeito ao conceito de Constituição, haja vista que ela envolve a perspectiva histórico-universal dos intitulados ciclos constitucionais. Faz-se importante perceber que a ideia de Constituição deve ser compreendida mesmo antes do surgimento do constitucionalismo em sentido estrito.

Isso porque, toda e qualquer sociedade, independentemente da época e do lugar, sempre possuiu um conjunto de regras de organização do Estado, semelhantes ao que intitulamos de Constituição.

Conquanto exista diversos parâmetros para se conceituar o Direito Constitucional e, por consequência, a própria Constituição, partiremos do conceito cunhado pelo brilhante professor José Afonso da Silva que afirma que o direito constitucional é “Direito Público fundamental por referir-se diretamente à organização e fundamento do Estado, à articulação dos elementos primários do mesmo e ao estabelecimento das bases da estrutura política”.

A partir dessa lição do professor José Afonso, podemos conceituar a Constituição Federal como sendo a norma máxima de um Estado que estabelece sua organização e fundamentos, trazendo as regras mínimas essenciais para sua subsistência e formação.

Com isso, a Constituição Federal passa a ser a norma de validade de todo o ordenamento jurídico pátrio, sendo ela o parâmetro de validade dos demais atos normativos, haja vista o princípio da supremacia das normas constitucionais.

Em virtude do conceito transcrito acima podemos afirmar que a **natureza jurídica** do Direito Constitucional é de direito público fundamental.

O quadro abaixo sintetiza a Natureza do Direito Constitucional. Observe:

Natureza do Direito Constitucional		
Dicotomia do Direito	Uno, indivisível e indecomponível	Ramo do Direito Público

¹ <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>



Administração direta e indireta

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializado de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

Desconcentração e Descentralização

Consiste a desconcentração administrativa na distribuição interna de competências, na esfera da mesma pessoa jurídica. Assim sendo, na desconcentração administrativa, o trabalho é distribuído entre os órgãos que integram a mesma instituição, fato que ocorre de forma diferente na descentralização administrativa, que impõe a distribuição de competência para outra pessoa, física ou jurídica.

Ocorre a desconcentração administrativa tanto na administração direta como na administração indireta de todos os entes federativos do Estado. Pode-se citar a título de exemplo de desconcentração administrativa no âmbito da Administração Direta da União, os vários ministérios e a Casa Civil da Presidência da República; em âmbito estadual, o Ministério Público e as secretarias estaduais, dentre outros; no âmbito municipal, as secretarias municipais e as câmaras municipais; na administração indireta federal, as várias agências do Banco do Brasil que são sociedade de economia mista, ou do INSS com localização em todos os Estados da Federação.

Ocorre que a desconcentração enseja a existência de vários órgãos, sejam eles órgãos da Administração Direta ou das pessoas jurídicas da Administração Indireta, e devido ao fato desses órgãos estarem dispostos de forma interna, segundo uma relação de subordinação de hierarquia, entende-se que a desconcentração administrativa está diretamente relacionada ao princípio da hierarquia.

Registra-se que na descentralização administrativa, ao invés de executar suas atividades administrativas por si mesmo, o Estado transfere a execução dessas atividades para particulares e, ainda a outras pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Explicita-se que, mesmo que o ente que se encontre distribuindo suas atribuições e detenha controle sobre as atividades ou serviços transferidos, não existe relação de hierarquia entre a pessoa que transfere e a que acolhe as atribuições.

Criação, extinção e capacidade processual dos órgãos públicos

Os arts. 48, XI e 61, § 1º da CFB/1988 dispõem que a criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo a quem compete, de forma privada, e por meio de decreto, dispor sobre a organização e funcionamento desses órgãos públicos, quando não ensejar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, b, CF/1988). Desta forma, para que haja a criação e extinção de órgãos, existe a necessidade de lei, no entanto, para dispor sobre a organização e o funcionamento, denota-se que poderá ser utilizado ato normativo inferior à lei, que se trata do



Proteção de Recursos Genéticos

A proteção dos recursos genéticos é um tema central no debate sobre a conservação ambiental, visto que esses recursos são fundamentais para a manutenção da biodiversidade, a saúde dos ecossistemas e o bem-estar humano. O termo “recursos genéticos” refere-se ao conjunto de material genético de organismos que pode ser utilizado para diversos fins, desde a melhoria de cultivos e criações até a preservação de espécies em risco de extinção.

O conceito abrange tanto os recursos biológicos, como plantas, animais e microrganismos, quanto o conhecimento associado a esses recursos. O impacto da biotecnologia e da agricultura moderna no uso desses recursos também é significativo, o que exige políticas eficazes de proteção. A preservação dos recursos genéticos envolve práticas que visam evitar a sua exploração indiscriminada, promover a sustentabilidade e assegurar que as gerações futuras possam usufruir desses recursos de maneira responsável e ética.

Os recursos genéticos têm um papel essencial no fornecimento de alimentos, remédios e outros produtos fundamentais para a vida humana. Na agricultura, por exemplo, as variedades de plantas e animais cultivados são frequentemente originadas a partir de recursos genéticos encontrados na natureza.

A diversidade genética presente nas culturas alimentares, como arroz, milho, trigo e soja, é crucial para garantir a resiliência das plantas diante de pragas, doenças e mudanças climáticas. A biodiversidade genética também é indispensável para o desenvolvimento de novas variedades de plantas e raças de animais que sejam mais nutritivas, resistentes e adaptáveis a diferentes condições ambientais.

Entretanto, a intensificação da agricultura, o desmatamento e as mudanças climáticas têm gerado uma pressão crescente sobre os recursos genéticos naturais. As práticas agrícolas convencionais, baseadas no uso extensivo de monoculturas e na manipulação genética em grande escala, podem levar à perda de diversidade genética, tornando os ecossistemas mais vulneráveis a doenças e pragas. A destruição de habitats naturais e a introdução de espécies invasoras também são ameaças significativas para a preservação desses recursos. A perda de biodiversidade e a homogeneização genética das espécies podem afetar negativamente a capacidade dos ecossistemas de se adaptarem a mudanças ambientais, colocando em risco os serviços ecossistêmicos essenciais para a vida humana.

A proteção dos recursos genéticos, portanto, requer uma abordagem integrada que envolva ações locais, nacionais e internacionais. Uma das principais estratégias para a conservação desses recursos é o estabelecimento de áreas protegidas e reservas de biodiversidade, onde as espécies e os habitats críticos podem ser preservados.

A criação de bancos de sementes e de material genético também tem se mostrado uma ferramenta eficaz na conservação *ex situ*, ou seja, fora de seus habitats naturais. Essas coleções, que armazenam geneticamente diversos materiais biológicos, podem ser utilizadas para a recuperação de espécies ameaçadas e para a pesquisa científica, além de servir como um seguro contra a perda de diversidade genética irreversível.

Outra medida importante é o fortalecimento de políticas públicas que incentivem a utilização sustentável dos recursos genéticos, em vez da exploração descontrolada. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que entrou em vigor em 1993, é um marco no compromisso internacional para a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Um dos princípios fundamentais dessa convenção é o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados dos recursos genéticos, que deve garantir que os países que fornecem esses recursos também se beneficiem de sua utilização, especialmente no caso de conhecimento tradicional de povos indígenas e comunidades locais. A proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos é uma questão central, pois muitas dessas comunidades possuem práticas de manejo sustentável e podem contribuir significativamente para a conservação e o uso responsável da biodiversidade.

Ademais, a biotecnologia desempenha um papel importante na gestão e conservação dos recursos genéticos. Técnicas modernas, como a engenharia genética e o sequenciamento genético, podem ser utilizadas para melhorar a resistência das culturas agrícolas, aumentar a produtividade e combater doenças que afetam tanto plantas quanto animais. No entanto, essas tecnologias devem ser aplicadas com cautela, a fim de evitar riscos



Proteção da Fauna

A proteção da fauna é um dos aspectos fundamentais da preservação ambiental, pois envolve a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade global. Ao lado da preservação dos habitats naturais e da promoção da sustentabilidade, a proteção da fauna assegura a continuidade das interações ecológicas, permitindo que as espécies desempenhem seus papéis vitais nos ciclos biológicos e nos processos naturais que sustentam a vida no planeta. A fauna, que inclui uma vasta gama de organismos vivos, desde os invertebrados até os vertebrados, enfrenta ameaças significativas causadas pelas ações humanas, como a destruição de habitats, a caça ilegal, a introdução de espécies invasoras e a poluição. Essas ameaças tornam a proteção da fauna uma questão urgente e necessária, que requer um esforço coordenado entre governos, organizações ambientais, cientistas e a sociedade como um todo.

Uma das maiores ameaças à fauna é a destruição dos habitats naturais, causada principalmente pelo desmatamento, urbanização e expansão da agricultura. A destruição de florestas, como as da Amazônia e das regiões tropicais africanas, além da degradação de áreas costeiras e marítimas, leva à perda de habitats vitais para muitas espécies. Muitas delas, como os grandes mamíferos, aves e répteis, dependem de ecossistemas específicos para sobreviver. Quando esses habitats são destruídos ou fragmentados, as espécies perdem seus espaços de alimentação, reprodução e migração, o que coloca sua sobrevivência em risco. Em alguns casos, a destruição de habitats leva à extinção local ou global de espécies, como é o caso de vários animais em regiões tropicais que têm suas áreas de floresta transformadas em plantações ou áreas urbanizadas.

Além disso, a caça ilegal é uma das principais causas da diminuição das populações de fauna em diversas partes do mundo. O tráfico de animais selvagens é uma indústria lucrativa, especialmente quando envolve espécies raras ou com valor comercial, como as peles de animais exóticos, ossos, chifres ou animais de estimação exóticos. A caça ilegal também é uma prática devastadora para as populações de animais selvagens, principalmente quando se trata de espécies em risco de extinção, como elefantes, rinocerontes, tigres e várias aves raras. A demanda por produtos derivados desses animais, como marfim ou peles, alimenta o mercado negro, e muitas vezes os caçadores atuam em áreas remotas, longe da fiscalização, o que torna a erradicação dessa prática um grande desafio.

A poluição também tem um impacto significativo na fauna, afetando tanto os organismos marinhos quanto terrestres. Os poluentes, como os plásticos, os pesticidas, os produtos químicos e o mercúrio, podem ser ingeridos por animais, resultando em envenenamento, doenças e morte. Os ecossistemas aquáticos, como rios, lagos e oceanos, são particularmente vulneráveis à poluição. Os animais marinhos, como tartarugas, baleias e aves marinhas, frequentemente ingerem plásticos ou se enredam em redes de pesca, o que pode levar à sua morte. Além disso, os poluentes químicos, como os pesticidas, têm o potencial de causar desequilíbrios hormonais e afetar a reprodução de várias espécies. A contaminação do solo e da água com substâncias tóxicas também pode comprometer a saúde das populações animais, tornando a fauna ainda mais vulnerável.

Outro problema crescente é a introdução de espécies invasoras, que podem competir com as espécies nativas por recursos como alimento e habitat, além de trazer doenças e novos predadores. Espécies invasoras, muitas vezes introduzidas inadvertidamente pelo ser humano, podem alterar drasticamente os ecossistemas, desequilibrando as interações entre as espécies e, em alguns casos, levando à extinção de espécies nativas. Um exemplo clássico é a introdução de ratos nas ilhas do Pacífico, que dizimaram várias populações de aves nativas, ou ainda a invasão de espécies de plantas não nativas que competem com a vegetação local. A proteção da fauna, portanto, exige não apenas a preservação dos habitats, mas também o controle e a erradicação de espécies invasoras que ameaçam a biodiversidade.

Para enfrentar esses desafios, várias abordagens têm sido adotadas ao longo dos anos. A criação de áreas protegidas, como parques nacionais, reservas biológicas e áreas de conservação, é uma das principais estratégias para garantir a proteção da fauna. Esses espaços, onde as atividades humanas são limitadas ou controladas, oferecem refúgios seguros para diversas espécies.

As áreas protegidas também desempenham um papel crucial na preservação de corredores ecológicos, permitindo que as espécies se movam entre diferentes habitats e mantenham a diversidade genética, o que é essencial para a saúde das populações de fauna a longo prazo. No entanto, a criação de áreas protegidas não



Proteção de Recursos Pesqueiros

A proteção dos recursos pesqueiros configura-se como um dos desafios mais prementes no contexto ambiental global, considerando que a atividade pesqueira desempenha um papel essencial na alimentação humana, na economia e na manutenção da biodiversidade marinha e fluvial.

A sobrepesca, a destruição de habitats, a poluição e as mudanças climáticas ameaçam a sustentabilidade dos estoques pesqueiros, exigindo estratégias eficazes para sua conservação e manejo responsável. Para tanto, políticas públicas, práticas sustentáveis, fiscalização rigorosa e educação ambiental tornam-se fundamentais na busca pelo equilíbrio entre exploração e preservação.

Os recursos pesqueiros englobam todas as espécies de organismos aquáticos exploradas para consumo humano e industrial, incluindo peixes, crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos.

A pesca é uma atividade tradicional que remonta a milhares de anos e, atualmente, constitui a principal fonte de proteína para milhões de pessoas em todo o mundo. Além do papel nutricional, o setor pesqueiro gera empregos diretos e indiretos, movimentando a economia de diversas nações, especialmente aquelas com grande extensão costeira ou rios de significativa importância econômica. No entanto, a exploração desenfreada desses recursos tem levado à redução drástica dos estoques pesqueiros, comprometendo não apenas a segurança alimentar, mas também a estabilidade econômica de comunidades que dependem da pesca. Muitas espécies outrora abundantes encontram-se atualmente ameaçadas devido ao aumento da demanda, ao avanço tecnológico da pesca industrial e à degradação de seus habitats naturais.

A sobrepesca caracteriza-se pela retirada de organismos aquáticos em uma taxa superior à sua capacidade natural de reposição, levando ao colapso populacional de diversas espécies. Esse fenômeno é impulsionado tanto pela pesca comercial em larga escala quanto pela pesca artesanal não regulamentada.

As frotas pesqueiras modernas utilizam equipamentos sofisticados, como redes de arrasto e palangres, que aumentam a captura de grandes volumes de peixes, muitas vezes sem distinção de tamanho ou espécie. Uma das principais consequências da sobrepesca é o efeito cascata na cadeia alimentar.

A remoção excessiva de predadores de topo, como tubarões e atuns, desencadeia desequilíbrios ecológicos, resultando no aumento descontrolado de espécies menores e na degradação dos habitats. Além disso, a captura de indivíduos jovens impede a reposição natural dos estoques, tornando a recuperação das populações ainda mais difícil.

A poluição dos mares, rios e lagos também representa uma ameaça significativa aos recursos pesqueiros. O despejo de resíduos industriais, domésticos e agrícolas nos corpos d'água compromete a qualidade da água e afeta diretamente a saúde dos organismos aquáticos. Metais pesados, pesticidas e hidrocarbonetos provenientes da indústria química e do petróleo acumulam-se nos tecidos dos peixes, tornando-os prejudiciais ao consumo humano. Outro fator preocupante é a contaminação por plásticos e microplásticos, que afetam a fauna marinha em diferentes níveis tróficos. Muitas espécies ingerem fragmentos de plástico ao confundirlos com alimentos, resultando em obstruções digestivas, intoxicações e até mesmo morte. A poluição sonora causada por embarcações e atividades de exploração petrolífera também interfere no comportamento de diversas espécies, prejudicando sua capacidade de comunicação, reprodução e navegação.

As alterações climáticas provocadas pelo aquecimento global impactam diretamente os ecossistemas aquáticos, influenciando a distribuição das espécies e alterando os padrões migratórios de diversas populações de peixes. O aumento da temperatura dos oceanos, por exemplo, afeta a disponibilidade de oxigênio na água e contribui para o branqueamento dos recifes de corais, habitat fundamental para inúmeras espécies marinhas. A acidificação dos oceanos, resultante da absorção de dióxido de carbono atmosférico, prejudica a calcificação de organismos como corais, moluscos e crustáceos, comprometendo sua sobrevivência e, conseqüentemente, a estrutura das cadeias alimentares. Eventos climáticos extremos, como furacões e tempestades, podem alterar a salinidade e turbidez da água, dificultando a reprodução de determinadas espécies e reduzindo a produtividade pesqueira em certas regiões.



IMPACTOS AMBIENTAIS DO COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior desempenha um papel fundamental no crescimento econômico global, promovendo o intercâmbio de bens, serviços, tecnologias e capitais entre diferentes países. No entanto, enquanto impulsiona o desenvolvimento econômico, o comércio internacional também traz consigo uma série de desafios ambientais.

O aumento da produção industrial, o transporte de mercadorias em larga escala e o uso intensivo de recursos naturais são apenas alguns dos fatores que contribuem para impactos ambientais significativos.

► Efeitos da Globalização nas Práticas Ambientais

A globalização intensificou o comércio internacional, facilitando o acesso a mercados e aumentando a competitividade entre as nações. Esse fenômeno trouxe diversos benefícios econômicos, mas também gerou consequências ambientais importantes:

▪ **Aumento da produção industrial:** Para atender à demanda global, muitos países expandiram suas capacidades de produção, o que resultou em maior consumo de energia, emissão de poluentes e degradação ambiental.

▪ **Deslocamento de indústrias poluentes:** Empresas podem transferir suas operações para países com legislações ambientais mais flexíveis, fenômeno conhecido como “dumping ambiental”, o que agrava os problemas locais de poluição e exploração de recursos naturais.

▪ **Padronização de práticas de consumo:** O comércio internacional promoveu um modelo de consumo globalizado, que incentiva o uso de produtos descartáveis e o desperdício de recursos.

Embora a globalização tenha potencial para disseminar tecnologias e práticas sustentáveis, a busca por competitividade nem sempre favorece a proteção ambiental.

► Poluição, Uso de Recursos Naturais e Mudanças Climáticas

O comércio exterior impacta o meio ambiente de diversas maneiras, com destaque para três áreas críticas:

Poluição:

O transporte internacional de mercadorias é uma das principais fontes de poluição:

▪ **Emissões de gases de efeito estufa (GEE):** O transporte marítimo, aéreo e terrestre contribui significativamente para as emissões globais de CO₂, agravando o aquecimento global.

▪ **Poluição dos oceanos:** O descarte inadequado de resíduos por navios e o derramamento de petróleo afetam a vida marinha e a qualidade da água.

▪ **Poluição do ar e da água em áreas industriais:** O aumento da produção para exportação gera resíduos tóxicos que contaminam o solo, a água e o ar.

Uso de Recursos Naturais:

O comércio internacional pressiona ecossistemas naturais devido à exploração intensiva de recursos:

▪ **Desmatamento:** A demanda por produtos agrícolas e madeireiros, como soja, carne e madeira, impulsiona o desmatamento em regiões tropicais, como a Amazônia.

▪ **Pesca predatória:** A exploração excessiva de recursos pesqueiros para exportação leva à redução de estoques pesqueiros e à degradação de ecossistemas marinhos.

▪ **Degradação do solo e da biodiversidade:** A monocultura para exportação esgota o solo e ameaça espécies nativas.



LEI Nº 14.944, DE 31 DE JULHO DE 2024

Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º É instituída a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, com o objetivo de disciplinar e promover a articulação interinstitucional relativa:

- I - ao manejo integrado do fogo;
- II - à redução da incidência e dos danos dos incêndios florestais no território nacional;
- III - ao reconhecimento do papel ecológico do fogo nos ecossistemas e ao respeito aos saberes e às práticas de uso tradicional do fogo.

Parágrafo único. A Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo será implementada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios, pela sociedade civil e por entidades privadas, em regime de cooperação e em articulação entre si.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - incêndio florestal: qualquer fogo não controlado e não planejado que incida sobre florestas e demais formas de vegetação, nativa ou plantada, em áreas rurais e que, independentemente da fonte de ignição, exija resposta;

II - queima controlada: uso planejado, monitorado e controlado do fogo, realizado para fins agrossilvipastoris em áreas determinadas e sob condições específicas;

III - queima prescrita: uso planejado, monitorado e controlado do fogo, realizado para fins de conservação, de pesquisa ou de manejo em áreas determinadas e sob condições específicas, com objetivos predefinidos em plano de manejo integrado do fogo;

IV - uso tradicional e adaptativo do fogo: prática ancestral adaptada às condições territoriais, ambientais e climáticas atuais, empregada por povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais em suas atividades de reprodução física e cultural, relacionada com a agricultura, a caça, o extrativismo, a cultura e a cosmovisão, próprias de sua gestão territorial e ambiental;

V - uso do fogo de forma solidária: ação realizada em conjunto por agricultores familiares, por meio de mutirão ou de outra modalidade de interação, que abranja, simultaneamente, 2 (duas) ou mais pequenas propriedades ou posses rurais familiares contíguas;

VI - regime do fogo: frequência, época, tamanho da área queimada, intensidade, severidade e tipo de queima em determinada área ou ecossistema;

VII - ecossistema associado ao fogo: aquele em que o fogo, natural ou provocado, cumpra papel ecológico em suas funções e seus processos;

VIII - prevenção de incêndios florestais: medidas contínuas realizadas no manejo integrado do fogo com o objetivo de reduzir a ocorrência e a propagação de incêndios florestais e seus impactos negativos;

IX - combate aos incêndios florestais: conjunto de atividades relacionadas com o controle e a extinção de incêndios desde a sua detecção até a sua extinção completa;



Emergências Climáticas e Ambientais

As mudanças climáticas globais emergem como um dos maiores e mais urgentes desafios enfrentados pela humanidade no século XXI, com repercussões que se estendem por diferentes dimensões da vida social, econômica e ambiental. A crescente aceleração das transformações climáticas nas últimas décadas exige não apenas uma análise científica aprofundada, mas também um exame das estratégias políticas, econômicas e sociais adotadas para enfrentar essa crise. Não mais um fenômeno distante ou uma questão periférica, as mudanças climáticas se consolidaram como uma das principais preocupações globais, mobilizando governos, organizações internacionais, a sociedade civil e a comunidade científica a buscar soluções urgentes e eficazes.

Historicamente, o clima da Terra sofreu variações naturais, como o efeito das glaciações e dos períodos interglaciais, mas a atual fase de aquecimento global, observada nas últimas décadas, é incomparavelmente mais rápida e intensa.

A ciência vem apontando de forma consistente que a principal causa dessa aceleração está relacionada às atividades humanas, em especial o uso de combustíveis fósseis, o desmatamento e as práticas agrícolas insustentáveis. A combustão de carvão, petróleo e gás natural libera enormes quantidades de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4) e óxidos de nitrogênio (NO_x), que provocam o aquecimento da atmosfera e geram desequilíbrios nos sistemas naturais da Terra.

Esses gases, que são essenciais para a regulação da temperatura global em níveis naturais, têm sido liberados em volumes sem precedentes desde a Revolução Industrial, intensificando o efeito estufa e acelerando o aquecimento global. O impacto disso sobre os ecossistemas, as sociedades humanas e a economia global está se tornando cada vez mais evidente. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), uma das principais autoridades científicas no estudo das mudanças climáticas, tem compilado e publicado dados detalhados sobre as consequências desse processo, oferecendo cenários que vão desde os mais otimistas, que indicam que podemos limitar o aquecimento a $1,5^\circ\text{C}$, até os mais pessimistas, que preveem um aumento de até 4°C até o final deste século.

As implicações desse aquecimento não são apenas ambientais, mas também socioeconômicas. As populações mais vulneráveis, especialmente as localizadas em regiões costeiras ou em áreas propensas a secas e desastres naturais, são as mais impactadas. Além disso, a pressão política para que os governos tomem decisões sobre como mitigar as emissões e adaptar-se a um novo cenário climático tem gerado intensos debates globais. A Conferência das Partes (COP), que reúne as nações signatárias da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), é um dos principais espaços onde se discutem as políticas climáticas internacionais, e seus desfechos têm grande impacto nas direções que as políticas públicas adotam.

CAUSAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS

As causas das mudanças climáticas podem ser divididas em duas grandes categorias: causas naturais e causas antrópicas. Embora as causas naturais desempenhem um papel nas variações climáticas de longo prazo, é indiscutível que as atividades humanas têm sido o principal motor do aquecimento global atual. A queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a agricultura são as principais responsáveis por essa transformação.

▪ **Queima de Combustíveis Fósseis:** A revolução industrial, iniciada no século XVIII, marcou o início da utilização intensiva de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural. Essas fontes de energia, essenciais para o desenvolvimento econômico e tecnológico, geraram uma significativa liberação de dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4) e outros gases de efeito estufa. O CO_2 , por exemplo, é o principal gás responsável pelo aquecimento global e é liberado principalmente através da queima de combustíveis para a geração de eletricidade, no transporte e na indústria.

▪ **Desmatamento e Mudança no Uso da Terra:** O desmatamento, especialmente em regiões tropicais como a Amazônia, é uma das grandes fontes de emissão de gases de efeito estufa. As florestas desempenham um papel crucial na regulação climática, pois atuam como sumidouros de carbono, absorvendo o CO_2 da atmosfera. Quando as árvores são derrubadas ou queimadas, além de liberar grandes quantidades de CO_2



► Conceitos e Finalidades do Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental é um dos principais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), sendo fundamental para o controle de atividades potencialmente poluidoras ou que possam causar degradação ambiental. A seguir, vamos detalhar o conceito e as finalidades do licenciamento ambiental no contexto federal.

O que é o Licenciamento Ambiental?

O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente (federal, estadual ou municipal) autoriza a instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos ou atividades que utilizam recursos naturais ou que possam causar impactos ambientais significativos.

Este processo visa assegurar que esses empreendimentos adotem medidas para prevenir, mitigar ou compensar eventuais danos ao meio ambiente. O licenciamento ambiental está regulamentado principalmente pela Resolução CONAMA nº 237/97, que define suas etapas e procedimentos.

Base Legal do Licenciamento Ambiental:

O licenciamento ambiental tem respaldo em diversos dispositivos legais:

- **Constituição Federal de 1988:** Artigo 225, §1º, inciso IV: determina que o poder público deve exigir estudo prévio de impacto ambiental para atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental.
- **Lei 6.938/81:** Institui a Política Nacional do Meio Ambiente e define o licenciamento como um dos instrumentos de gestão ambiental.
- **Resolução CONAMA 237/97:** Estabelece normas para o licenciamento ambiental, detalhando competências e procedimentos.

Objetivos do Licenciamento Ambiental:

O licenciamento ambiental possui uma série de finalidades que vão além da simples autorização para o funcionamento de atividades econômicas. Entre seus principais objetivos estão:

- **Prevenção de Danos Ambientais:** O licenciamento é uma ferramenta de caráter preventivo, ou seja, busca identificar e minimizar riscos ambientais antes que o dano ocorra. O objetivo é evitar impactos negativos que possam comprometer a qualidade do meio ambiente e da saúde pública.
- **Controle de Atividades Potencialmente Poluidoras:** Por meio do licenciamento, o poder público exerce o controle sobre atividades que podem causar poluição, definindo limites e condicionantes para o seu funcionamento. Isso inclui indústrias, mineradoras, usinas de energia, entre outros empreendimentos.
- **Promoção do Desenvolvimento Sustentável:** O licenciamento ambiental busca equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais. Ele garante que empreendimentos sejam planejados de forma sustentável, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais.
- **Gestão Integrada do Meio Ambiente:** O processo de licenciamento envolve a análise de diversos fatores ambientais, como qualidade da água, do ar, solo, biodiversidade, entre outros. Isso permite uma visão integrada dos impactos ambientais e facilita a tomada de decisões mais conscientes.
- **Participação Social:** O licenciamento ambiental prevê mecanismos de participação da sociedade, como as audiências públicas. Isso garante a transparência do processo e permite que a população afetada por determinado empreendimento possa opinar e contribuir para a decisão final.



O desenvolvimento sustentável é um modelo de crescimento econômico que busca equilibrar as necessidades humanas com a conservação dos recursos naturais e a justiça social. Esse conceito surgiu como resposta ao uso excessivo dos recursos ambientais e aos impactos negativos gerados pelo desenvolvimento industrial e urbano.

▸ **Princípios do Desenvolvimento Sustentável**

Uso Racional dos Recursos Naturais:

- Exploração consciente de matérias-primas para evitar a escassez futura.
- Proteção de ecossistemas fundamentais, como florestas e oceanos.

Equilíbrio Entre Crescimento Econômico e Conservação Ambiental:

- Implementação de práticas industriais menos poluentes.
- Incentivo à economia circular para reduzir resíduos e desperdícios.

Justiça Social e Qualidade de Vida:

- Garantia de acesso a recursos básicos, como água, energia e educação.
- Redução das desigualdades socioeconômicas.

Participação Ativa da Sociedade:

- Educação ambiental para promover mudanças de comportamento.
- Envolvimento de comunidades locais em políticas de conservação.

▸ **Principais Desafios para a Sustentabilidade**

Consumo Excessivo de Recursos Naturais:

O crescimento populacional e o aumento do consumo levam à exploração descontrolada dos recursos naturais, ameaçando a biodiversidade e a qualidade ambiental.

Soluções:

- Estímulo ao consumo consciente e à reutilização de materiais.
- Regulação da exploração de matérias-primas para evitar esgotamento.

Mudanças Climáticas:

A emissão de gases do efeito estufa tem causado alterações climáticas globais, com impactos na biodiversidade, na produção de alimentos e na disponibilidade de água potável.

Soluções:

- Investimento em fontes de energia renováveis, como solar e eólica.
- Redução do desmatamento e incentivo ao reflorestamento.



Conceitos e Objetivos do Monitoramento Ambiental

O monitoramento ambiental é um processo sistemático de observação, medição e análise dos elementos naturais e das condições ambientais para avaliar a qualidade e o estado dos ecossistemas ao longo do tempo. Por meio do uso de parâmetros físicos, químicos e biológicos, o monitoramento busca compreender como atividades humanas e mudanças naturais afetam o equilíbrio ambiental e a disponibilidade de recursos essenciais.

Esse conceito abrange uma abordagem integrada, que considera tanto os elementos individuais, como solo, água, ar, fauna e flora, quanto os ecossistemas como um todo. O monitoramento ambiental não se limita à observação passiva, mas é uma ferramenta ativa para orientar decisões e ações voltadas à conservação, à recuperação de áreas degradadas e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Entre os objetivos principais do monitoramento ambiental estão:

- **Avaliação da Qualidade Ambiental:** identificar mudanças na qualidade do solo, água, ar e vegetação, avaliando os impactos de poluentes, desmatamento ou mudanças climáticas. Essa análise é essencial para a manutenção da saúde ambiental e humana.

- **Identificação de Impactos de Atividades Humanas:** compreender os efeitos de empreendimentos como agricultura, mineração, urbanização e indústria, ajudando a prever riscos e a minimizar danos.

- **Subsídio à Gestão e Planejamento Ambiental:** fornecer dados confiáveis para embasar políticas públicas, zoneamento ambiental e decisões de licenciamento de atividades econômicas.

- **Prevenção e Mitigação de Desastres:** antecipar problemas como erosão, contaminação hídrica ou atmosférica e perda de biodiversidade, permitindo ações preventivas ou corretivas.

- **Garantia do Cumprimento da Legislação Ambiental:** monitorar a conformidade de empreendimentos e atividades humanas com normas estabelecidas por órgãos reguladores, como CONAMA e IBAMA, garantindo a aplicação da legislação e a preservação dos recursos naturais.

- **Proteção de Povos e Comunidades Tradicionais:** registrar como as comunidades dependem e utilizam os recursos naturais, promovendo sua conservação e a valorização de saberes tradicionais que contribuem para o equilíbrio ambiental.

Além desses objetivos, o monitoramento ambiental assume um papel estratégico na implementação de acordos e metas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os compromissos do Acordo de Paris. Ele permite o acompanhamento de indicadores essenciais, como a redução de emissões de gases de efeito estufa, o controle do desmatamento e a recuperação de áreas degradadas.

O monitoramento ambiental, portanto, é um instrumento indispensável para proteger os recursos naturais, sustentar a biodiversidade e assegurar o bem-estar das gerações atuais e futuras. Suas aplicações práticas abrangem desde a gestão local até a avaliação de mudanças globais, tornando-o um componente essencial das estratégias de sustentabilidade e conservação.

Aplicações no Monitoramento de Solo, Ar, Água, Fauna, Flora e Ecossistemas

O monitoramento ambiental se aplica a diferentes componentes naturais, como solo, ar, água, fauna, flora e ecossistemas. Cada um desses elementos exige abordagens específicas, métodos técnicos e tecnologias adaptadas, que possibilitam identificar alterações, impactos e oportunidades de conservação. A seguir, são detalhadas as principais aplicações para cada componente ambiental.

Monitoramento do Solo



Noções De Tecnologia Da Informação

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

– **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.

– **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.

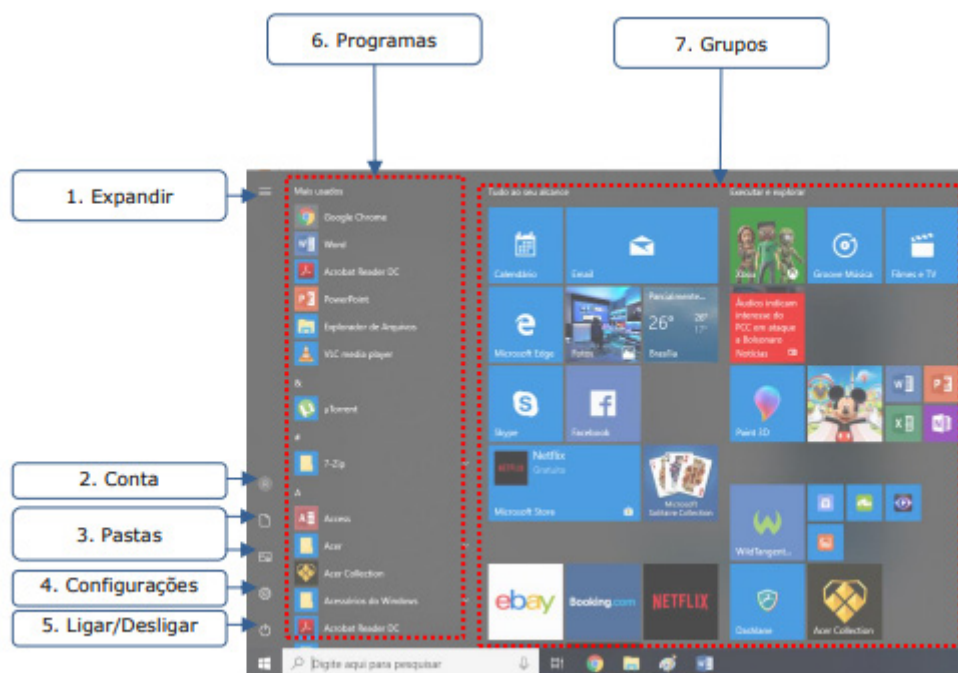
– **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.

– **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

**LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967**

Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

§ 1º Se peculiaridades regionais comportarem o exercício da caça, a permissão será estabelecida em ato regulamentador do Poder Público Federal.

§ 2º A utilização, perseguição, caça ou apanha de espécies da fauna silvestre em terras de domínio privado, mesmo quando permitidas na forma do parágrafo anterior, poderão ser igualmente proibidas pelos respectivos proprietários, assumindo estes a responsabilidade de fiscalização de seus domínios. Nestas áreas, para a prática do ato de caça é necessário o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, nos termos dos arts. 594, 595, 596, 597 e 598 do Código Civil.

Art. 2º É proibido o exercício da caça profissional.

Art. 3º. É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§ 1º Excetuam-se os espécimes provenientes legalizados.

§ 2º Será permitida mediante licença da autoridade competente, a apanha de ovos, lavras e filhotes que se destinem aos estabelecimentos acima referidos, bem como a destruição de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública.

§ 3º O simples desacompanhamento de comprovação de procedência de peles ou outros produtos de animais silvestres, nos carregamentos de via terrestre, fluvial, marítima ou aérea, que se iniciem ou transitem pelo País, caracterizará, de imediato, o descumprimento do disposto no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.111, de 10.10.1995)

Art. 4º Nenhuma espécie poderá ser introduzida no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da Lei.

Art. 5º. Revogado pela Lei nº 9.985, de 18.7.2000)

Art. 6º O Poder Público estimulará:

a) a formação e o funcionamento de clubes e sociedades amadoras de caça e de tiro ao voo objetivando alcançar o espírito associativista para a prática desse esporte.

b) a construção de criadouros destinadas à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais.

Art. 7º A utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre, quando consentidas na forma desta Lei, serão considerados atos de caça.

Art. 8º O Órgão público federal competente, no prazo de 120 dias, publicará e atualizará anualmente:

a) a relação das espécies cuja utilização, perseguição, caça ou apanha será permitida indicando e delimitando as respectivas áreas;

b) a época e o número de dias em que o ato acima será permitido;

c) a quota diária de exemplares cuja utilização, perseguição, caça ou apanha será permitida.

**LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999**

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

§ 1º Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;



Qualidade Ambiental

A qualidade ambiental é um conceito essencial para a manutenção do equilíbrio ecológico e para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas e da vida humana. Ela envolve a avaliação das condições do meio ambiente em relação à presença de poluentes, degradação dos recursos naturais e impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas. Para entender a qualidade ambiental de forma mais abrangente, é necessário considerar três aspectos centrais: impacto ambiental, degradação ambiental e poluição.

O impacto ambiental refere-se a qualquer alteração no meio ambiente causada por atividades naturais ou humanas. Essas mudanças podem ser positivas ou negativas, temporárias ou permanentes, e ocorrem em diferentes escalas. Impactos ambientais negativos estão frequentemente associados ao desmatamento, mineração, urbanização descontrolada, uso excessivo de recursos naturais, entre outras ações antrópicas.

Esses impactos podem comprometer a biodiversidade, afetar a qualidade da água e do ar, provocar mudanças climáticas e desencadear desastres ambientais. Avaliar esses impactos envolve metodologias específicas, como estudos de impacto ambiental (EIA) e relatórios de impacto ambiental (RIMA), que permitem identificar, prever e mitigar os danos ao meio ambiente.

A degradação ambiental refere-se ao processo de deterioração dos recursos naturais devido à exploração excessiva, à poluição e à destruição dos habitats naturais. Esse fenômeno pode ocorrer de maneira gradual ou rápida e afeta diretamente a qualidade de vida das populações humanas e a sobrevivência de diversas espécies. Entre os principais exemplos de degradação ambiental estão o esgotamento dos solos agrícolas pelo uso intensivo de fertilizantes e pesticidas, a destruição de florestas tropicais para a expansão da agropecuária, a contaminação dos corpos d'água por resíduos industriais e a desertificação causada pelo manejo inadequado das terras.

A degradação dos ecossistemas compromete a capacidade regenerativa da natureza, resultando em perda de biodiversidade, mudanças no ciclo hidrológico e intensificação dos efeitos das mudanças climáticas.

A poluição é uma das principais causas da degradação ambiental e se manifesta de diversas formas, como poluição atmosférica, hídrica, do solo e sonora. A poluição atmosférica resulta da emissão de gases e partículas provenientes da queima de combustíveis fósseis, indústrias, queimadas e processos industriais, levando a problemas de saúde pública e agravamento do efeito estufa.

A poluição da água ocorre pela descarga de resíduos químicos, esgotos domésticos e despejo de substâncias tóxicas em rios, lagos e oceanos, prejudicando os ecossistemas aquáticos e a disponibilidade de água potável.

A poluição do solo resulta da deposição inadequada de resíduos sólidos, uso excessivo de agrotóxicos e contaminação por metais pesados, afetando a qualidade do solo e da produção agrícola. Já a poluição sonora, causada por tráfego intenso, atividades industriais e urbanas, afeta a saúde humana, provocando estresse, distúrbios do sono e problemas auditivos.

A busca pela preservação da qualidade ambiental envolve a implementação de políticas públicas eficazes, o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e a conscientização da sociedade sobre a importância da conservação dos recursos naturais. Medidas como a adoção de energias renováveis, a promoção da reciclagem, o reflorestamento, a redução do consumo de plásticos e a criação de áreas de conservação ambiental são fundamentais para minimizar os impactos ambientais e garantir a sustentabilidade do planeta. A educação ambiental desempenha um papel crucial nesse processo, pois permite a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com práticas sustentáveis, promovendo a harmonia entre o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza.